



Município de Santa Rosa
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMUDICAS
Lei nº 5.202 DE 01 ABRIL 2015

PLANO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - PMIA 2023/2033

Elaboração: julho de 2021 a dezembro de 2022.

SUMÁRIO

1. Apresentação	03/06
2. Diagnóstico Municipal	07/22
3. Conceitos da Matriz Lógica	22/24
4. Matriz Lógica.....	24/44
5. Anexos.....	45/62
6. Referências Bibliográficas.....	63

2. APRESENTAÇÃO

Este Plano Municipal para a Infância e Adolescência -PMIA de Santa Rosa - RS, que aqui apresentamos, foi elaborado a partir das exigências recebidas pelo nosso Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - COMUDICAS, através do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente - CEDICA.

Baseia-se:

- Na declaração Universal dos Direitos Humanos enunciada em Genebra, em 1924 e na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1959, quando adota a Declaração dos Direitos da Criança.
- Em 1988, quando a Constituição Brasileira no seu artigo 227, inciso XXI ratifica a declaração dos Direitos da Criança.
- Em 1990, através da Lei 8.069 de 13 de julho, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e suas alterações seguintes.
- Na Lei Municipal 5.502 de 01 de abril de 2015, que regula o COMUDICAS e o FUNDICA. Altera pela Lei Municipal 5531 de 25 de outubro de 2019.

Nosso roteiro de trabalho se baseou inicialmente no Caderno da Fundação Abrinq, que orienta o passo a passo da construção de um Plano Municipal para a Infância e Adolescência- PMIA, e nos seguintes documentos municipais:

- Plano Municipal de Governo
- Plano Plurianual
- Plano Municipal de Assistência Social
- Plano Municipal de saúde
- Plano Municipal de Educação
- LOA prevista para 2021

A construção deste primeiro Plano Municipal para a Infância e Adolescência, teve seu trabalho iniciado em de agosto de 2021, sob a liderança do COMUDICAS e foi elaborado de forma democrática e participativa, pelas diversas representações das políticas sociais, tanto da área pública como das organizações da sociedade civil.

Na ausência de um diagnóstico técnico de todo nosso município, nós do COMUDICAS, elaboramos este diagnóstico reunindo os dados dos atendimentos relativos aos programas executados em 2020, pelas políticas

sociais do município das áreas de educação, saúde, assistência social e esportes.

Em reunião extraordinária do COMUDICAS, em 06 julho de 2022, reestruturamos as comissões através da Resolução Nº 04/2022, cuja comissão responsável pela elaboração do PMIA, foi composta por representantes de cada secretaria municipal: de saúde, de educação, de esportes e de assistência social, bem como de OSCS. Que passaram a reunir-se mensalmente na SMEC (Anexo VIII).

No dia 17 de agosto de 2022, realizamos o primeiro seminário organizado pelo COMUDICAS, onde reunimos 50 lideranças representantes de todas as políticas sociais do município, todas as autoridades: Prefeito, Promotora, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, 19ºRegimento de Cavalaria Mecanizado (Exército Brasileiro), Brigada Militar e todas as Organizações da Sociedade Civil -OSC que atendem crianças e adolescentes no município de Santa Rosa/RS, são elas: ABEFRA, AMA, ASF, CASF, ESPAÇO FELIZ, PATRONATO, APAE, APADA, APADEV, AFAPENE, abrigos APROMES e CONVIVER, bem como Programa Família Acolhedora.

Inicialmente o objetivo do primeiro seminário foi de as equipes técnicas de cada secretaria apresentarem os seus programas sociais em execução. No segundo momento, tratamos de identificar quais os problemas existentes em cada uma das áreas setoriais no âmbito municipal. Identificamos cerca de 10 problemas das diversas áreas sociais (Anexo VII).

No segundo seminário realizado na sede da Faculdade Fundação Machado de Assis, no dia 18 de outubro de 2022, tivemos a participação da Comissão de trabalho do PMIA e da liderança da Secretaria Municipal de Gestão e Governança que apoiou a construção da matriz lógica. Partimos dos dez problemas identificados e iniciamos a construção da matriz lógica do plano, traçamos as metas a serem alcançadas e os resultados esperados com seus indicadores.

A seguir realizamos o terceiro seminário, em 23 de novembro de 2022, organizado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e parceria com o Conselho Municipal da Juventude, no auditório do Colégio Concórdia, com cerca de 60 participantes, com a presença de toda a comissão responsável, das

secretarias de Educação, Assistência Social, Gestão e Governança, Secretaria de Esportes, Prefeito e Vice-prefeito.

O público agora foram adolescentes, representantes das diversas escolas municipais, estaduais e particulares do município e de usuários atendidos na rede de assistência social das OSCS. Tivemos inicialmente um palestrante que abordou como tema a importância da participação do jovem na construção do seu Projeto de Vida. A seguir o Secretário de Gestão e Governança apresentou o esboço do PMIA em construção. O Prefeito falou sobre a realidade do mercado de trabalho local e ouviu os adolescentes sobre as suas expectativas para o PMIA e suas contribuições para as diversas políticas sociais.

Após as contribuições dos jovens e ajustes finais do plano pela Comissão, ele foi apresentado na plenária do COMUDICAS em 31 de novembro de 2022, quando estiveram presentes os 34 conselheiros, momento em que recebemos novas contribuições.

A aprovação final do PMIA se deu na reunião ordinária no dia 06 de dezembro 2022, com a presença de cerca de 40 pessoas, através da ata nº 07/2022. Partindo da devolutiva recebida pelo município foram realizadas as correções na Matriz Lógica do PMIA e apresentada novamente para aprovação do COMUDICAS. Foi aprovado na reunião do dia 18 de outubro de 2023, ata nº10 e Resolução nº 15/2023. Sua vigência está prevista de 2023 a 2033.

Pensar a realidade social de um município em desenvolvimento, como Santa Rosa, para 10 anos à frente, não deixa de ser um grande desafio, tendo em vista, que o município se planeja para cada quatro anos de um mandato eleitoral.

Planejar é prospectar cenários futuros a serem alcançados, mas a realidade da questão social de crianças e adolescentes, nos próximos 10 anos certamente será alterada constantemente.

Este plano compõe-se de inúmeras ações de governo, ele é o resultado de um trabalho coletivo em favor da melhoria de vida das nossas crianças e adolescentes, por uma educação inclusiva desde a modalidade creche até o ensino fundamental, médio e superior de qualidade, por uma saúde preventiva, da erradicação da violência e do aumento de uma rede de proteção, com inclusão digital e social para todas as crianças e adolescentes que vivem em nosso município.

Sonhamos e trabalhamos para erradicar a pobreza extrema em nosso município e para garantir cidadania e um futuro digno a todas as nossas crianças e adolescentes, na busca da sua inserção social no mundo produtivo do trabalho.

O trabalho que executamos no município, na política de educação municipal, estadual e particular, na saúde pública baseada no Sistema Único de Saúde, na política de Assistência Social do Sistema Único de Assistência Social e no Sistema de Justiça, formam uma rede de proteção que vem se articulando e se integrando cada vez mais, com resultados promissores na defesa de direitos de crianças e adolescentes, na oferta de programas sociais de atendimento e na melhoria da proteção social e no cuidado desenvolvidos pelas famílias.

Esperamos produzir um documento simples e fácil de ser confrontado com a realidade local no seu monitoramento e avaliação, a cada dois anos de sua vigência.

2. DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO (2020)

Dados Gerais do Município

HABITANTES DO MUNICÍPIO	73.882
-------------------------	--------

Quadro 1 – População

SEXO	2020
Mulheres	51,2%
Homens	48,8%
FONTE: IBGE	

Quadro 2 – População Infanto Juvenil por faixa etária

POPULAÇÃO FAIXA ETÁRIA	2020
Zero a 05 anos	7%
6 a 14 anos	12,9%
15 a 24 anos	17,2%
25 a 39 anos	24%
40 A 59 anos	26,2%
Mais de 60 anos	12,6%
FONTE: IBGE	

2.1- SAÚDE

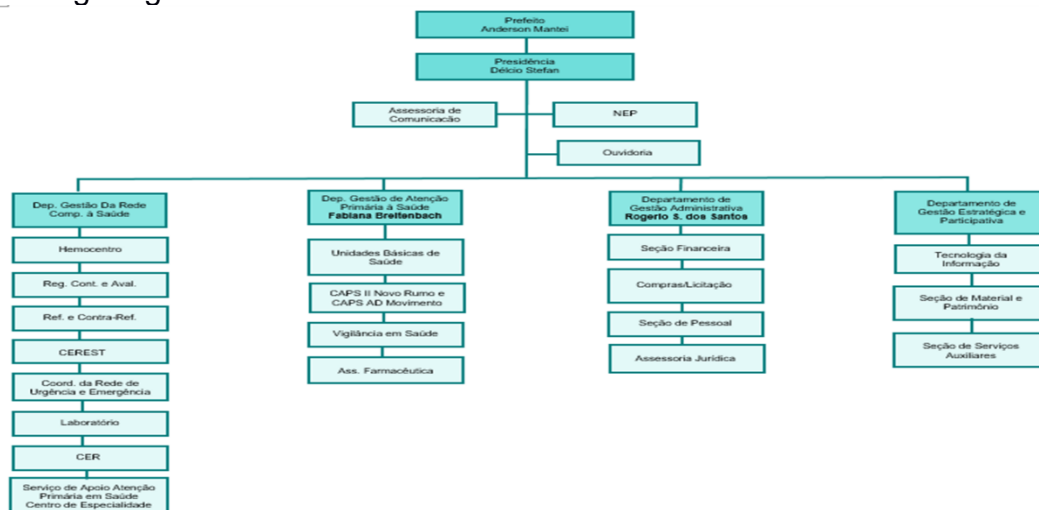
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE - FUMSSAR

Introdução

Em Santa Rosa a saúde é gerida, por uma Fundação Pública de Direito Público equivalente a Secretaria Municipal de Saúde (Fundação Municipal de Saúde de Santa Rosa - FUMSSAR) criada a partir da lei orgânica 2.912 de 27 de dezembro de 1995. É gestão plena do sistema e faz parte da 14ª Coordenadoria de Saúde. Segundo dados do Relatório de Gestão em 2022, o investimento em saúde é de R\$1.730,93 per capita. Segundo dados do Ranking connected Smart Cities 2022, Santa Rosa está entre as melhores cidades em Saúde do Brasil: 47º lugar no país, 2º lugar no Estado do RS e 1º lugar entre os municípios de 50 a 100 mil hab do RS.

Dessa forma seguindo os princípios e diretrizes do SUS juntamente com o Conselho Municipal de Saúde e a partir das resoluções das Conferências Municipais de Saúde elabora, gerencia e executa a política de saúde municipal. A construção desse plano segue a proposta metodológica do manual de Orientação para Elaboração e Revisão do PMIA da Fundação Abrinq.

Abaixo o organograma da FUMSSAR:



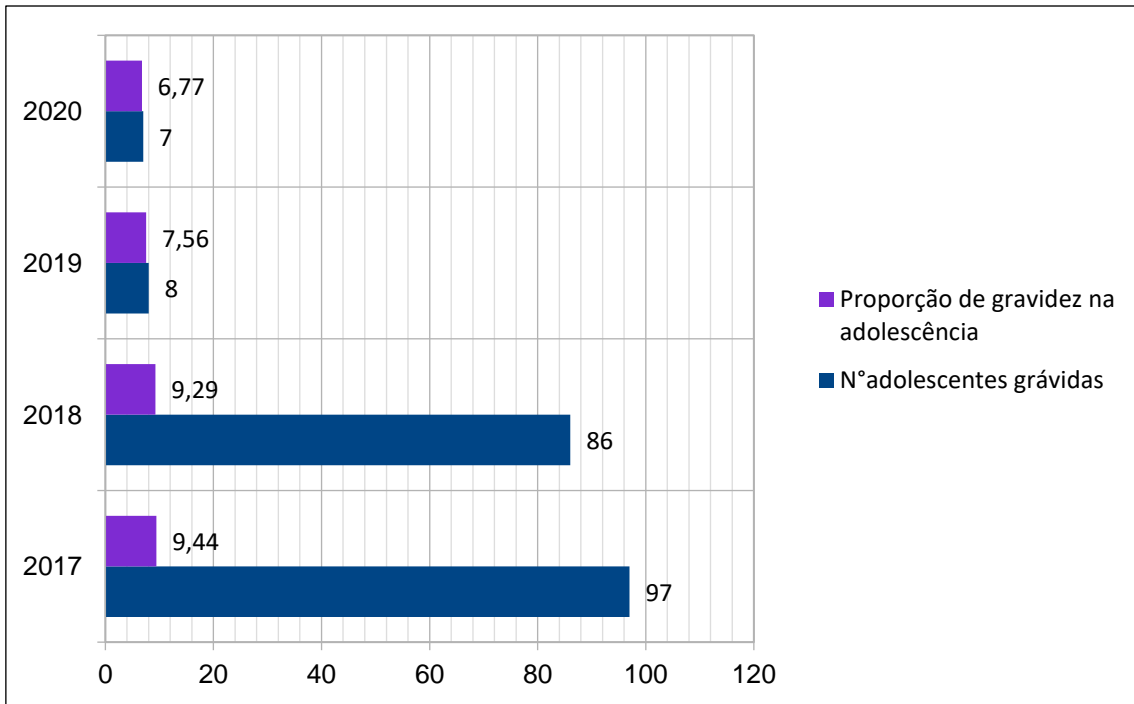
Estatísticas Vitais

Figura 1: Óbitos maternos e Razão de Mortalidade materna 2017-2020, Santa Rosa-RS

Ano	2017	2019	2020
Óbitos maternos	1	2	0
Razão Mortalidade Materna	97,28	189,04	

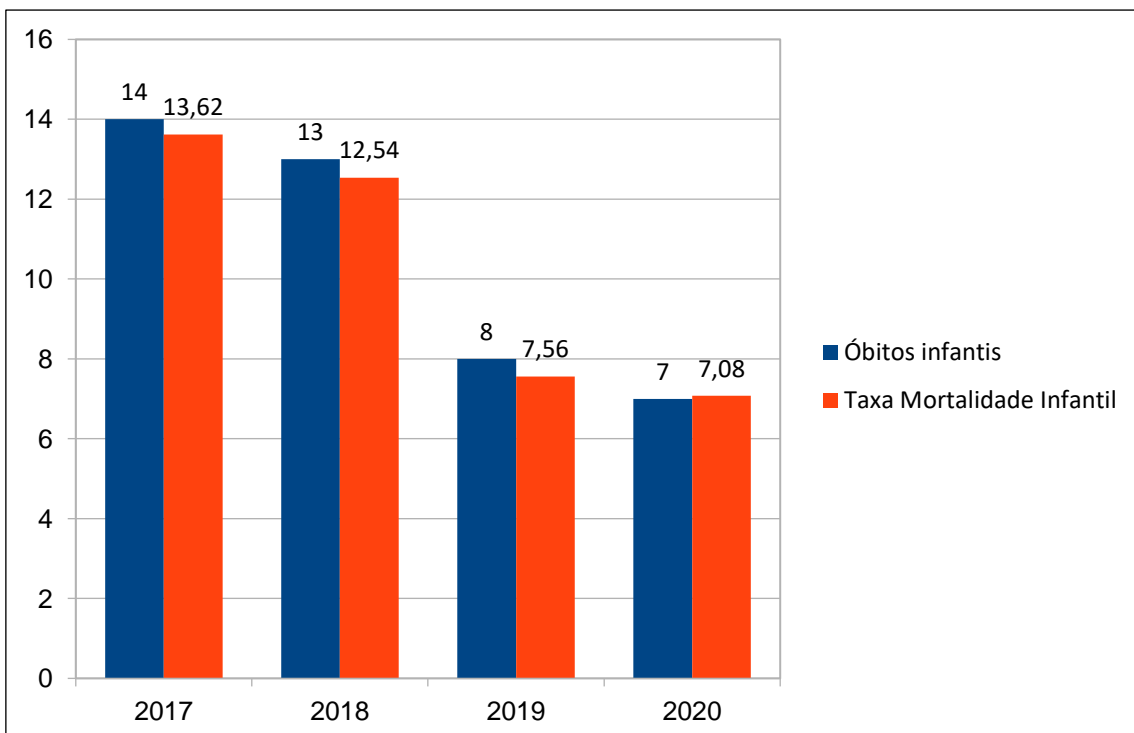
Fonte: Datasus, MS.

Figura 2: Número de Adolescentes grávidas e Proporção de gravidez na adolescência 2017-2020, Santa Rosa-RS.



Fonte: Painel de Indicadores - BI, RS.

Figura 3: Óbitos Infantis e Taxa de Mortalidade Infantil 2017-2020, Santa Rosa-RS



Fonte: Painel de Indicadores-BI, RS.

Rede Assistencial

ATENÇÃO PRIMÁRIA

A APS como ordenadora do cuidado possui:

- 18 Unidades de Saúde da Família (ESF) distribuídas de acordo com a territorialização em distritos sanitários.
- Equipe de Atenção Primária Prisional (eaPP) ampliada 20h - com saúde bucal.
- Ambulatório de Egressos da UTIP (Bebê Valente) com atendimento de médico pediatra e financiamento próprio.
- PSE: Programa saúde nas Escolas
- PIM: Programa Infância Melhor
- Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família UNIJUI/FUMSSAR e Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade.

Atenção Secundária

- Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST)
- Centro Especializado em Reabilitação (CER), TEA
- Centros de Atenção Psicossocial (CAPS II e CAPS AD)
- Farmácia Distrital
- Laboratório de Análises Clínicas
- Hemocentro Regional
- Centro de Especialidades:
- Hospital: Vida e Saúde

LINHA DE CUIDADO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) atribui ao Sistema Único de Saúde (SUS) a função de promover o direito à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, por meio do acesso universal e equânime às ações e aos serviços para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, voltados para o público de gestantes, parturientes, nutrizes, recém-nascidos, crianças e adolescentes até os 18 anos (artigos 7º e 11 do ECA, 1990).

Com isso, o SUS – por meio de suas Leis Orgânicas nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990 e de suas diversas políticas em especial a Política Nacional de Atenção Integral da Saúde da Criança (PNAISC) instituída pela Portaria n. 1.130 do Ministério da Saúde, em 2015, – assumiu responsabilidades sanitárias para com crianças, adolescentes e suas famílias.

As políticas de saúde da criança se efetivam a partir de diretrizes voltadas ao cuidado materno e da criança, organizadas em eixos estratégicos, seguindo LINHA DE CUIDADO DA SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE de Santa Rosa, tendo como ordenadoras do cuidado as equipes da Atenção Primária no território.

Eixo temático promoção de vidas saudáveis:

I. Atenção humanizada e qualificada à gestação, ao parto, ao nascimento e ao recém-nascido, aleitamento materno e alimentação complementar saudável, promoção e acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento integral e vigilância e prevenção do óbito infantil, fetal e materno:

→ **Rede Cegonha (Portaria GM/MS nº 1.459, de 24 de junho de 2011):**

-O município possui o atendimento de pré-natal e puerpério qualificado nas 18 Unidades de Saúde da Família, oferecendo atenção integral a gestante e ao recém-nascido.

-Ambulatório de egressos das UTIRNs da Fundação Municipal de Saúde de Santa Rosa (BEBÊ VALENTE), fornece suporte as famílias de neonatos egressos das UTIRNs, são atendidas em torno de 160 crianças ao ano.

→ Na Rede hospitalar conta com 10 leitos de UTI neonatal e 10 leitos de UTI pediátrica, Ambulatório de atendimento a gestação de alto risco – AGAR, plantão na maternidade de 24hrs. Conta com Banco de Leite e Lactário. O Hospital Vida e Saúde fez adesão à estratégia Método Canguru em 2015 e todas as crianças que estão internadas e não tem contra indicação, realizam o contato pele a pele.

→ **Programa Nacional de Imunizações:** apresenta 18 salas de vacina com alimentação mensal do SI-PNI com uma cobertura de 100% da vacina da pólio na última Campanha 2022.

→ **Primeira Infância Melhor (PIM):** Lei Estadual nº 12.544. O município de Santa Rosa possui três visitadoras, uma supervisora e atende três gestantes e 61 crianças entre 1 a 5 anos de idade.

→ **Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN):** A vigilância é feita através do acompanhamento mensal do estado nutricional com os devidos registros nos gráficos da caderneta de saúde da criança e da gestante, e se identificada alguma alteração, faz-se a conduta necessária.

→ **Programa Saúde na Escola:** o município possui 52 escolas aderidas com ações de saúde são planejadas e realizadas de forma intersetorial com as equipes de Saúde e a residência multiprofissional. Dentro dessa parceria temos o Projeto Movimenta que promove a saúde integral dos alunos com atividades lúdicas e divertidas, desenvolvidas por educadores físicos e nutricionistas e acompanhamento psicológico. O projeto acontece dentro da estrutura da Universidade do Noroeste do RS (UNIJUI).

→ **Comitê de Investigação do óbito Materno Infantil:** investigação dos óbitos do município de forma periódica para elaboração dos planos de

ação. Esse comitê conta com a participação da rede de saúde, faculdades e controle social.

II. Atenção integral a crianças com agravos prevalentes na infância e com doenças crônicas:

Todas as crianças são atendidas a partir das Unidades de Saúde e, se necessário, referenciadas a especialistas focais.

III. Atenção à saúde de crianças com deficiência ou em situações específicas e de vulnerabilidade:

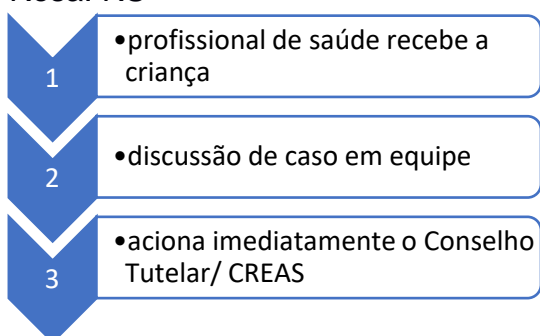
- **CER II:** suspeita de deficiência intelectual e auditiva.
- **Centro Macrorregional de Referência em Transtorno do Espectro do Autismo MACRO TEA :** Com o objetivo de oferecer retaguarda assistencial e suporte técnico-pedagógico às equipes dos municípios da macrorregião de saúde no tema do Transtorno do Espectro Autista (TEA) por meio de matriciamento, nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Eixo Temático proteção em situações de risco:

IV. Atenção integral à criança em situação de violências, prevenção de acidentes e promoção da cultura de paz

Atuação do município frente ao caso suspeito ou confirmado (equipe de saúde em parceria com os conselhos tutelares): a Equipe de saúde (não apenas o profissional de saúde que atendeu à criança ou adolescente) em parceria com o Conselho Tutelar atuam juntos para proteção da criança e do adolescente.

FIGURA 3: Fluxograma do atendimento da criança vítima de violência. Santa Rosa. RS



As temáticas abordadas neste documento foram elaboradas a partir do Seminário do Encontro de Secretarias Municipais para elaboração estratégica do PMIA. Nesse contexto surgiram como temáticas: obesidade infantil, RAPS infantil, mortalidade materna e infantil, gravidez na adolescência e cobertura vacinal.

Dados de atendimento

O município possui 2.257 beneficiários do PBF que tinham perfil para acompanhamento das condicionalidades de saúde. Conseguiu realizar o acompanhamento de 1.933, o que corresponde a 85,64%, acima da média nacional, de 79,71%.

Em 2020, o número de atendimentos e procedimentos realizados em toda a rede foi de 832.517, sendo que, 69% aconteceram na Atenção Primária de Saúde.

Em 2020, o número total de procedimentos realizados na Atenção Básica foi de 644.581.

A cobertura populacional de saúde bucal foi de 38,66% em 2020.

A cobertura populacional pelas equipes de atenção básica em 2020: 89,61%.

Em 2020 o número de óbitos prematuros (30 a 69 anos) foi de 133.

As principais causas de morte:

Neoplasias: 71

Cardiovascular: 44

Doenças respiratórias crônicas: 08

Diabetes: 10

Óbitos de mulheres em idade fértil em 2020: 20, 18 investigados.

Óbitos infantis em 2020: 07.

Óbitos maternos em 2020: 00.

Cobertura Vacinal de 2020: 100%.

Novos casos de sífilis congênita em menores de 1 ano de idade em 2020: 05.

2.2 - EDUCAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

O município tem 1.242 crianças e adolescentes com perfil para acompanhamento das condicionalidades da educação. Dessas, foram acompanhadas 1.233, uma cobertura de acompanhamento de 99,28%, acima da média nacional, de 93,07%.

Dados da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

A Rede Municipal de Educação é composta por 14 EMEFs – Escolas Municipais de Ensino Fundamental, destas:

- **4 EMEFs** estão localizadas no interior: EMEF Érico Veríssimo/ em Bela União, EMEF São José/ no Rincão dos Rochas, EMEF Princesa Isabel/ em Candeia Baixa e EMEF 15 de Novembro/ na Linha 15 de Novembro, **totalizando 383 crianças atendidas.**

- **7 EMEFs** estão localizadas em território urbano: EMEF Nossa Senhora de Fátima/ no Bairro Sulina, EMEF Professor Francisco Xavier Giordani/ no Bairro

Planalto, EMEF Paul Harris / no Bairro Central, EMEF Duque de Caxias/ na Vila Jardim, EMEF Santa Rita/ na Vila São Francisco, EMEF Pedro Speroni/ na Vila Speroni, EMEF Nossa Senhora da Glória/ na vila Glória, **totalizando 3.032 crianças atendidas.**

- **2 Escolas de Ensino Integral:** EMEF Santa Rosa de Lima/ no Centro (área central do município) e EMEF Marquês do Herval/ na Vila Balneária, **totalizando 429 crianças atendidas.**

- **1 Escola Cívico Militar:** EMCM Coronel Raul Oliveira, **totalizando 476 crianças atendidas.**

- **Possui 19 EMEIs - Escolas Municipais de Educação Infantil** localizadas em território urbano: EMEI Amiguinhos da Balneária/ Vila Balneária, EMEI Olhar de Criança/ Vila Glória – Unidade I da Olhar de Criança/ Centro, EMEI Recanto da Criança/ Vila Timbaúva , EMEI Vovó Shen/ Alto Petrópolis, EMEI Crescer Feliz/ Jardim Petrópolis, EMEI Mãe Operária/ Vila Sulina, EMEI Mundo da Criança/ Vila Auxiliadora, EMEI Heróis do Futuro/ Vila Agrícola, EMEI Jeito de Criança/ Vila Planalto, EMEI São Francisco/ Vila São Francisco, EMEI Bem Me Quer / Vila Winkelmann, EMEI Pingo de Gente/Centro, EMEI Sonho Infantil/ Bairro Central, EMEI Paulo Freire/ Vila Progresso, EMEI Caminhos do Saber/ Morada do Sol, EMEI Criança Feliz/ Vila Júlio de Oliveira, EMEI Expedicionário Weber/ Vila Santos, EMEI Criança Esperança/ Bairro Cruzeiro e EMEI Mundo Encantado/ Vila Cruzeiro do Sul, **totalizando 2.113 crianças atendidas.**

O número de profissionais que temos na Rede Municipal é:

- 74 Professores de Educação Infantil;
- 142 Professores de Séries Iniciais;
- 202 Professores de Séries Finais;
- 12 Orientadores Educacionais;
- 12 Professores de Educação Especial;
- 03 Psicólogas para a Rede Municipal de Educação;
- 01 Assistente Social.

Demonstrativo referente a Repetência e a Evasão Escolar na Rede Municipal 2018/2019:

Série/ano:	2018	2019
1º ao 3º ano	7,52%	8,08%

4º ano	3,25%	5,01%
5º ano	4,36%	4,90%
6º ano	10,08%	14,88%
7º ano	8,22%	11,85%
8º ano	12,91%	12,78%
9º ano	11,04%	11,15%
Total Geral Repetência:	6,10%	7,16%
Evasão Escolar:	0,19%	0%

DADOS DO ENSINO ESTADUAL DE SANTA ROSA ANO 2021			
	Número de Escolas	Número de alunos	Número de Professores
Escolas de Ensino Fundamental (sem ens. médio)	06	3004	113
Das 06, Ensino Fundamental Rural	02		
Das 06, tempo integral	02		
Escolas de Ensino Fundamental e Médio	07	1988	264
Escola de Ensino Médio Exclusivo	01		
Total	14	4992	377
Evasão referente a 2020	0		
Repetência referente a 2020	5		

ALUNOS AEE DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA			
ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL			
BERÇÁRIO	MATERNAL	PRÉ-ESCOLA	TOTAL DE ALUNOS AEE
02	10	170	22

ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL										
PRÉ-ESCOLA	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO	6º ANO	7º ANO	8º ANO	9º ANO	TOTAL DE ALUNOS AEE
04	10	10	11	14	10	09	17	05	10	100

ESCOLAS ESTADUAIS – 17ª CRE													
1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO	6º ANO	7º ANO	8º ANO	9º ANO	ENSINO MÉDIO	EJA ENSINO FUNDAMENTAL	EJA ENSINO MÉDIO	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	TOTAL DE ALUNOS AEE
01	03	0	09	05	05	09	09	06	23	04	01	01	76

ESCOLAS PARTICULARES E FILANTRÓPICAS													
BERÇÁRIO	MATERNAL	PRÉ-ESCOLA	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO	6º ANO	7º ANO	8º ANO	9º ANO	ENSINO MÉDIO	TOTAL DE ALUNOS AEE
0	06	04	01	01	01	02	01	01	0	01	03	02	23

TOTAL DE ALUNOS AEE DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA: 221 ALUNOS.

Constam nos anexos a este PMIA, mais informações referentes a Educação em todas as redes de ensino presentes em nosso município.

2.3 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Do Programa Bolsa Família

Em dezembro de 2020, haviam 1.199 famílias beneficiadas do PBF, sendo, 3.696 pessoas beneficiadas, dentre essas famílias, 90,1% dos responsáveis familiares eram do sexo feminino. Nesse mês, o número de pessoas beneficiadas do PBF equivale a 5% da população total do município, abrangendo 484 famílias que sem o programa, estariam em condições de extrema pobreza.

A cobertura do PBF é de 52% em relação a estimativa de famílias pobres no município.

No município de Santa Rosa, conforme dados oficiais do CAD ÚNICO, inexistem indígenas, quilombolas, famílias com pessoas libertas de situação análoga a de trabalho escravo, famílias com pessoas catadoras de material reciclado, e crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil.

Do Cadastro Único

O município possui 6.395 famílias inseridas no Cad único, 4.868 famílias com o cadastro atualizado nos últimos dois anos, 3.729 famílias com renda de até meio salário mínimo, 2.865 com renda de até meio salário mínimo com o cadastro atualizado.

A taxa de atualização cadastral do município é de 67,10% e a média nacional é de 71,85%.

Do Índice de Gestão Descentralizada

O repasse do IGDM foi de R\$8.049 com base no Índice de 0,86 do IGDM. Se o IGDM do município fosse igual a 1, receberia R\$14.098,50.

Rede de Serviços da Assistência Social.

Entidades/Programas	Nº de crianças e adolescentes
AMA (Março 2020)	110
ABEFRA (Fev. 2020)'	129
ASF (Fev. 2020)	30
Espaço Feliz (Fev. 2020)	90
CASF (Fev. 2020)	83
Patronato (Fev. 2020)	19
Pelotão Mirim 19°RCMec (Fev. 2020)	50
Pelotão Mirim BM (Fev. 2020)	50
APADEV (Fev. 2020)	26
AFAPENE (Fev. 2020)	28
APAE (Fev. 2020)	102
APADA (Fev. 2020)	34
APROMES (Março 2020)	20
CONVIVER (Março 2020)	20
Criança Feliz (Fev. 2020)	120
PIM (Fev. 2020)	70
Total	990
Dados do ANO de 2020	
Dados do ANO de 2020	
CRAS	
Bloco I - Famílias em acompanhamento pelo PAIF	
A. Volume de famílias em acompanhamento pelo PAIF	Quantidade
A.1. Total de famílias em acompanhamento pelo PAIF	3283
A.2. Novas famílias inseridas no acompanhamento do PAIF durante o mês de referência	745
B. Perfil das novas famílias inseridas em acompanhamento no PAIF, no mês de referência	Total
B.1. Famílias em situação de extrema pobreza	132
B.2. Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	85
B.3. Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, em descumprimento de condicionalidades	0
B.4. Famílias com membros beneficiários do BPC	71
B.5. Famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil	0
B.6. Famílias com crianças ou adolescentes em Serviço de Acolhimento	0
Bloco II - atendimentos particularizados realizados no CRAS acompanhamento pelo PAIF	
C. C. Volume de atendimentos particularizados realizados no CRAS no mês de referência	Quantidade
C.1. Total de atendimentos particularizados realizados, no mês	3019
C.2. Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único	1036
C.3. Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único	2212
C.4. Indivíduos encaminhados para acesso ao BPC	160
C.5. Famílias encaminhadas para o CREAS	5
C.6. Visitas domiciliares realizadas	590

C.7. Total de auxílios-natalidade concedidos/entregues durante o mês de referência	30					
C.8. Total de auxílios-funeral concedidos/entregues durante o mês de referência	32					
C.9. Outros benefícios eventuais concedidos/entregues durante o mês de referência	13886					
Bloco III - atendimentos coletivos realizados no CRAS						
D. Volume dos Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos, no mês de referência	Quantidade					
D.1. Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF	160					
D.2. Crianças de 0 a 6 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos	80					
D.3. Crianças/ adolescentes de 7 a 14 anos em Serv. de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	303					
D.4. Adolescentes de 15 a 17 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos	23					
D.8. Adultos entre 18 e 59 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	44					
D.5. Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos para idosos	67					
D.6. Pessoas que participaram de palestras, oficinas e outras atividades coletivas de caráter não continuado	192					
D.7. Pessoas com deficiência, participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF	9					
CREAS						
Bloco I - Famílias em acompanhamento pelo PAIF						
A. Volume de famílias em acompanhamento pelo PAEFI	Quantidade					
A.1. Total de casos (famílias ou indivíduos) em acompanhamento pelo PAEFI						
A.2. Novos casos (famílias ou indivíduos) inseridos no acompanhamento do PAEFI durante o mês de referência)						
B. Perfil dos novos casos inseridos no acompanhamento do PAEFI	Total					
B.1. Famílias beneficiárias do PBF						
B.2. Famílias com membros beneficiários do BPC						
B.3. Famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil						
B.4. Famílias com crianças ou adolescentes em serviço de acolhimento						
B.5. Famílias cuja situação de violência/violação esteja associada ao uso abusivo de substância psicoativa						
B.7. Famílias com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto						
<i>Atenção! Os itens B1 a B5 e B7 buscam identificar apenas alguns perfis de famílias. É normal que algumas famílias contadas no item A2 não se enquadrem em nenhuma das condições acima, enquanto outras podem se enquadrar simultaneamente em mais de uma condição. Portanto, a soma de B1 a B5 e B7 não terá, necessariamente, o mesmo valor relatado em A2.</i>						
Quantidade e perfil das pessoas vítima de violência ou violação de direitos que ingressarem no PAEFI durante o ano de 2020						
B.6 Quantidade de pessoas vitimadas, que ingressaram no PAEFI	TOTAL	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos

(apenas para os novos casos)	397	Masculino	28	2	169	ou mais 45
		Feminino	27	28	26	60
C. Crianças ou adolescentes em situação de violência ou violações, que ingressaram do PAEFI						
	TOTAL	Sexo	0 a 6 anos	7 a 12 anos	13 a 17 anos	
C.1 Crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar (física ou psicológica)	29	Masculino	6	8	3	
		Feminino	2	6	4	
C.2 Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual	40	Masculino	4	3	1	
		Feminino	5	13	14	
C.3 Crianças ou adolescentes vítimas de exploração sexual	3	Masculino	0	0	0	
		Feminino	0	2	1	
C.4 Crianças ou adolescentes vítimas de negligência ou abandono	15	Masculino	3	4	3	
		Feminino	2	1	2	
C.5 Crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil (até 15 anos)						
	TOTAL	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos		
0	0	Masculino	0	0		
		Feminino	0	0		
D. 1 Pessoas idosas vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)						
	TOTAL	Sexo	60 anos ou mais			
55	55	Masculino	24			
		Feminino	31			
D. 1 Pessoas idosas vítimas de negligência ou abandono						
	TOTAL	Sexo	60 anos ou mais			
44	44	Masculino	22			
		Feminino	22			
E.1 Pessoas com deficiência vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)						
	TOTAL	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos ou mais
2	2	Masculino	1	0	0	0
		Feminino	0	0	1	0
E.2 Pessoas com deficiência vítimas de negligência ou abandono						
	TOTAL	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos ou mais
15	15	Masculino	0	0	3	1
		Feminino	0	0	6	7
F.1 Mulheres adultas (18 a 59 anos) vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual)						1

G.1 Pessoas vítimas de tráfico de seres humanos	TOTAL	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos ou mais
	15	Masculino	0	0	0	0
		Feminino	0	0	0	0
H.1 Pessoas vítimas de discriminação por orientação sexual						12
L.1 Pessoas em situação de rua	TOTAL	Sexo	0 a 12 anos	13 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos ou mais
	166	Masculino	1	0	144	0
		Feminino	0	0	21	0

Dados do ANO de 2020						
Dados do ANO de 2020						
Conselho Tutelar						
A) TIPO DE OCORRÊNCIA						
1. Agressão Física e Psicológica						54
2. Negligência ou Abandono						42
3. Problemas relacionados com Educação						152
4. FICAI/parecer						400
5. Casos de trabalho infantil e mendicância						0
6. Violência Sexual						30
Abuso Comprovado						
Suspeita de Abuso						
Importunação Sexual						
7. Desvio de Comportamento e Relacionamento Familiar						86
8. Fuga ou Desaparecimento						25
9. Drogadição ou alcoolismo						
Encaminhamentos CAPS		AD	Psico	Internação		
Criança/adolescente		16	5	4		
Pais/Responsáveis		11		1		
10. Ato Infracional						76
11. Orientações em geral sobre o ECA						218
B) ENCAMINHAMENTOS						
12. CRAS						68
Psicólogo 17						
Assistente Social 26						
Pedagoga						
Outros 25						

13. CREAS		
Psicólogo 43		53
Assistente Social 10		
14. Centro de Referência da Mulher		
Psicólogo 1		5
Assistente Social 4		
15. FUMSSAR		
Posto de Saúde 56		94
Atenção Básica 21		
Medicamentos		
Requisição 14		
Outros 3		
16. Promotoria Pública		
Ofícios 213		229
Audiência 4		
Reuniões 12		
17. Juizado da Infância e Adolescência		
Ofícios 172		176
Audiências 4		
Reuniões		
18. Defensoria Pública		
Ofícios 9		9
Relatórios		
Audiência		
19. Delegacia de Polícia		
Ofícios 29		62
Depoimentos 9		
Audiência 2		
Exames de Lesões 8		
Acompanhamentos 12		
Reuniões 2		
20. Cartório de Registro Civil		
Cópia C.N 46		50
Cópia C.N outras cidades 3		
Óbito 1		
21. APROMES		10
22. LAR CONVIVER		9
23. Albergue, Casa de Passagem – Triagem AVIPAE		0
24. Instituições fora do Município		2

25. Escola Infantil – EMEIS	19
26. Trabalho em conjunto com a Brigada Militar	20
27. Trabalho em conjunto com a Polícia Civil	7
28. Casos com Conselhos de outros municípios	57
C) VISITAS	
29. Famílias	453
30. Instituições	15
31. Escolas	22
D) REUNIÕES	
32. COMUDICAS	1
33. COMEN (INATIVO)	----
34. COMDIN	0
35. Conselho da Mulher	0
36. FUNDEB	6
37. Promotora	9
38. Juiz da Infância e Juventude	0
39. Polícia Civil	0
40. Brigada Militar	6
41. Escolas	2
42. Entidades	4
43. Palestras	0
44. Rádios	0
45. Outros	19
TOTAL GERAL	
	2.527

3. CONCEITOS DA MATRIZ LÓGICA

A Matriz Lógica é o elemento central deste Plano. É uma ferramenta que contém informações de forma clara e simples para facilitar o trabalho daqueles que a utilizarão como ferramenta de gestão, execução ou controle. Nela são detalhados quais são os resultados esperados, por meio dos quais serão gradualmente alcançados os objetivos intermediários e que contribuirão para a realização do objetivo de impacto e conseqüentemente, a solução de problemas. Seus elementos estão descritos abaixo.

Problema Central: expressa uma situação concreta negativa identificada como prioridade capaz de ser resolvida ou atenuada pelo município no período de vigência do Plano (10 anos). Para a seleção de quais problemas devem constar no Plano. Devem ser definidas prioridades, de acordo com a urgência e com a capacidade de execução do município sobre cada um deles. Para cada problema central está associado um objetivo de impacto.

Objetivo de Impacto: exprime a transformação do problema central (situação negativa) em situação futura desejada. Expressa a situação positiva favorável que se quer alcançar, quando tiver sido resolvida ou reduzida a situação negativa identificada, registrada como problema central. Cada objetivo de impacto possuirá um ou mais resultados esperados/metras, que podem ser entendidos como objetivos intermediários.

Resultados esperados/metras: situação concreta que deverá ser atingida ao final da execução das ações ou projetos escolhidos para produzi-lo. Ao ser alcançado, cada resultado esperado/meta deve ser capaz de levar à situação descrita de impacto. Além disso, deve ser passível de uma constatação que não dê margem a interpretações pessoais, ou seja, deve ser construído a partir de parâmetros, chamados de indicadores de resultado. Cada resultado esperado/meta possui pelo menos um indicador de resultado.

Indicador de Resultado: permite acompanhar, por meio de fatos ou de dados, se o resultado esperado está sendo ou foi alcançado e em que medida integralmente ou parcialmente. Cada indicador de resultado possui um meio de verificação.

Meio de Verificação: mostra onde o indicador de resultado pode ser obtido, acessado ou localizado.

Ação/projeto: meios que serão utilizados para alcançar o resultado esperado/meta aos quais foram associados. Portanto, deve haver total compatibilidade entre a ação ou projeto e o seu respectivo resultado esperado/meta. A cada ação/projeto estão associados seus respectivos elementos descritivos, listados abaixo.

Responsável: ator ou atores que contribuem para a execução da ação/projeto, mas que não são o principal executor (responsável).

Prazo: mês ou ano nos quais começarão e terminarão as ações/projetos, permitindo o seu acompanhamento. Ao explicar os prazos de cada uma das ações/projetos, é possível diferenciar ações a curto, médio e longo prazo, bem como ações pontuais de ações contínuas, além de permitir o encadeamento de ações dependentes entre si.

Fonte de recursos: indica a origem do financiamento das ações/projetos propostos. A identificação da fonte de recursos ajuda a trazer materialidade ao Plano e impede que o Plano seja composto de ações inviáveis do ponto de vista

de seu financiamento. Pode ser indicado a secretaria, fundo ou órgão que viabilizará a ação ou o projeto vinculado.

4. MATRIZ LÓGICA

ÁREA TEMÁTICA: PROMOÇÃO DE VIDAS SAUDÁVEIS								
PROBLEMA CENTRAL: Aumento da obesidade infantil								
OBJETIVO DO IMPACTO: REDUÇÃO DA OBESIDADE INFANTIL								
ODS: 2. Fome Zero e Agricultura Sustentável e 3. Saúde e Bem-estar								
RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS	RESPONSÁVEL	DATA PREVISTA INÍCIO	DATA PREVISTA TÉRMINO	FONTE DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
Assegurar a adesão de 90% das escolas públicas ao PNAE	90% das escolas cadastradas no PNAE	PNAE	Cadastro no PNAE	SMEC	Jan 2022	Dez 2033	PNAE	Escolas do município
Promoção do aleitamento materno e alimentação saudável	30% crianças com amamentação exclusiva aos seis meses	Relatórios SISVAN	Divulgação dos benefícios do aleitamento materno junto a comunidade e territórios	FUMSSAR	Jan 2022	Dez 2033	Recursos Federais Capitação Ponderada	Profissionais da saúde
Promoção de saúde com foco na alimentação saudável e atividade física nas escolas	50% das escolas com atividades do PSE realizadas nessa temática	Registro das atividades no sistema IPM	Rodas de conversa, atividades lúdicas sobre alimentação saudável, práticas de atividade física na escola	PSE	Jan 2022	Dez 2033	PSE	Profissionais da saúde
Profissionais capacitados para diagnóstico e abordagem da obesidade infantil	100% dos profissionais capacitados	Registro das ações em ata	Capacitações e cursos na área	Atenção Primária DGAPS	Jan 2022	Dez 2033	Recursos Federais Capitação Ponderada	SMEC , Equipes de Saúde
Promoção atividade física e alimentação saudável as crianças de 8-12 anos	Número de crianças inscritas e avaliadas	Relatórios semestrais	PROJETO MOVIMENTA	FUMSSAR	Jan 2022	Dez 2033	PSE	UNIJUI/programa de residência multiprofissional em Saúde da Família
Acompanhamento das condicionalidades em saúde do Bolsa Família	Percentual atingido de meta	SISVAN/ EGESTOR	Garantir o acompanhamento pelas unidades básicas de saúde com busca ativa através dos ACS	FUMSSAR	Jan 2022	Dez 2033		ACS/ UBS

ÁREA TEMÁTICA: PROMOÇÃO DE VIDAS SAUDÁVEIS								
PROBLEMA CENTRAL: BAIXA COBERTURA VACINAL								
OBJETIVO DO IMPACTO: AUMENTO DA COBERTURA VACINAL								
ODS: 3. Saúde e Bem-estar								
RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS	RESPONSÁVEL	DATA PREVISTA INÍCIO	DATA PREVISTA TÉRMINO	FONTE DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
90% de cobertura vacinal da vacina do HPV em adolescentes de 9 a 14 anos 95% de cobertura vacinal da meningite ACWY 11-12 anos 90% de cobertura vacinal da DT aos 14 anos	Percentual de cobertura vacinal	Sistema IPM, ESUS	Ofertar vacina do HPV em 100% das unidades de saúde	FUMSSAR	Jan 2022	Dez 2033	Recursos Federais Capitação Ponderada	UBS
			Campanhas de sensibilização da vacinação	FUMSSAR	Jan 2022	Dez 2033	Recursos Federais Capitação Ponderada	UBS/ assessoria de comunicação
			Busca de parceiros estratégicos como: escolas, ACISAP, Conselho Municipal do Adolescente	FUMSSAR	Jan 2022	Dez 2033	PSE	Sociedade civil organizada Conselhos SMEC
			Solicitação carteira vacinal na admissão escolar	FUMSSAR/SMEC	Jan 2022	Dez 2033	PSE	Escolas

ÁREA TEMÁTICA: PROMOÇÃO DE VIDAS SAUDÁVEIS								
PROBLEMA CENTRAL: GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA								
OBJETIVO DO IMPACTO: REDUÇÃO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA								
ODS: 3. Saúde e Bem-estar								
RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS	RESPONSÁVEL	DATA PREVISTA INÍCIO	DATA PREVISTA TÉRMINO	FONTE DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
Redução da gravidez na adolescência abaixo da meta do estado RS	% de gestantes adolescentes	Bi estado RS	Ações de educação sexual e reprodutiva para a população escolar	Equipes de saúde, através do PSE e parceiros	Jan 2022	Dez 2033	PSE	FUMSSAR/ /SMEC/ Programas de residência
Garantir o acesso aos métodos anticoncepcionais à população adolescente	Índice de disponibilidade de estoque de métodos nas UBS	IPM	Garantir a oferta de métodos em 100% das UBS através de estoque adequado e planejamento orçamentário	FUMSSAR: DGPAS, setor de compras e estoque.	Jan 2022	Dez 2033	Recursos Federais Capitação Ponderada	UBS
Ampliar o número de grupos em saúde sexual e reprodutiva	Número de grupos ofertados	IPM	Construção de grupos municipais de aconselhamento em saúde reprodutiva e planejamento familiar para os adolescentes	FUMSSAR	Jan 2022	Dez 2033	PSE	UBS/ESCOLAS/Programas de residência

ÁREA TEMÁTICA: PROMOÇÃO DE VIDAS SAUDÁVEIS								
PROBLEMA CENTRAL: AUMENTO DA MORTALIDADE FETAL, NEONATAL E INFANTIL								
OBJETIVO DO IMPACTO: REDUÇÃO DA MORTALIDADE FETAL, NEONATAL E INFANTIL								
ODS: 3. Saúde e Bem-estar								
RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS	RESPONSÁVEL	DATA PREVISTA INÍCIO	DATA PREVISTA TÉRMINO	FONTE DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
Garantir reuniões periódicas do Comitê Municipal de Mortalidade materna e Infantil	Número de reuniões do Comitê de Mortalidade Infantil	Atas das reuniões	Descrever no plano de ação o cronograma das reuniões do Comitê	FUMSSAR	Jan 2022	Dez 2033	Recursos Federais Capitação Ponderada	UBS/VISA/DGAPS/COMITÊ DE MORTALIDADE INFANTIL
Implantar o Comitê FUMSSAR de Mortalidade materna e Infantil	Implementar o Comitê de Mortalidade Infantil com reuniões periódicas	Portaria de nomeação/ Atas das reuniões	Relatório da sessão com plano de ação com informações e recomendações	FUMSSAR	Jan 2022	Dez 2033	Recursos Federais Capitação Ponderada	UBS/VISA
Investigação, busca de dados e discussão dos óbitos fetais e infantis	100% óbitos investigados	Ata das reuniões	Levar a discussão nas equipes a fim de prevenir novos óbitos, adotando as medidas de intervenção necessárias.	VISA E COMITE FUMSSAR	Jan 2022	Dez 2033	Recursos Federais Capitação Ponderada	UBS/HVS
Garantir pelo menos 6 consultas de pré-natal sendo a 1ª antes da 12ª semana	Gestantes cadastradas até a 12ª semana de gestação	IPM SISAB : previne brasil	Busca ativa das gestantes pelas ACS e equipes de saúde	ACS/UBS	Jan 2022	Dez 2033	Recursos Federais Capitação Ponderada	DGAPS
Realização dos testes rápidos (sífilis e HIV e hepatite) na primeira consulta de pré-natal	100% das gestantes com testes rápidos realizados e avaliados	SISAB: previne brasil, e sistema IPM	Garantir a realização de testes rápidos às gestantes na primeira consulta de pré-natal através da oferta e divulgação da importância destes na saúde materna e infantil pela equipe de saúde	UBS	Jan 2022	Dez 2033	Recursos Federais, Capitação ponderada	DGAPS, 14ª CRS
Capacitar e atualizar as equipes sobre o protocolo de tratamento da sífilis	100% dos profissionais capacitados	Ata das capacitações	Treinamento feito pela 14ª para médicos e enfermeiros sobre o protocolo de tratamento de sífilis	VISA/FUMSSAR	Jan 2022	Dez 2033	Recursos Federais Capitação Ponderada	14 CRS, UBS
Diagnóstico precoce de mal formações durante a gestação	Número de ecografias morfológicas realizadas para gestantes de alto risco entre 22 e 24 semanas	Relatório da regulação	Contratação do serviço de ecografia morfológica pelo SUS para ofertar as gestantes	Departamento de serviços MAC	Jan 2022	Dez 2033	Recursos Federais Capitação Ponderada	Setor de regulação FUMSSAR
Consulta do Pré-natal do parceiro	Número de parceiros que realizaram o PN por quadrimestre	IPM	Ofertamento de agenda para o pré-natal do parceiro e campanhas de divulgação da importância deste na saúde do casal e do feto.	UBS e DGAPS	Jan 2022	Dez 2033	Recursos Federais Capitação Ponderada	14ª CRS, setor de comunicação da FUMSSAR , meios de comunicação local
Garantir a visita domiciliar presencial ou por telemedicina ao recém-nascido na primeira semana de vida	100% das puérperas e seu RN avaliados	IPM	Garantir o agendamento para Avaliação e orientações a puérpera e seu RN prevenindo e tratando possíveis complicações e realizar busca ativa de faltosas através do ACS e equipe	UBS	Jan 2022	Dez 2033	Recursos Federais Capitação Ponderada	FUMSSAR

			Realizar teleconsulta para a puérpera nos casos necessários					
Realizar a estratificação de risco gestacional a cada consulta de pré-natal	100% das gestantes cadastradas com estratificação de risco realizada	Número de gestantes com estratificação de risco registradas na carteira da gestante	Divulgação e capacitação para o correto preenchimento da estratificação de risco gestacional Implantar a estratificação de risco na nova carteira da gestante	Comitê de Mortalidade	Jan 2022	Dez 2033	Recursos Federais Capitação Ponderada	DGAPS /FUMSSAR
Coordenação do cuidado das gestantes de alto risco para outros níveis de atenção ou serviços	100% das gestantes encaminhadas ao AGAR (ambulatório gestantes alto risco) acompanhadas e monitoradas pelas equipes de saúde	Registro em prontuário, relatório mensal do setor de regulação	Acompanhar a realização de consultas e exames , através das visitas dos ACS e ou da interlocução entre os serviços e ou a própria paciente, através de ligação telefônica, whats App ou rede social.	UBS	Jan 2022	Dez 2033	Recursos Federais Capitação Ponderada	HVS, FUMSSAR/ DGAPS/ Regulação

ÁREA TEMÁTICA: PROMOÇÃO DE VIDAS SAUDÁVEIS								
PROBLEMA CENTRAL: fragilidade da RAPS na infância e adolescência								
OBJETIVO DO IMPACTO: fortalecer a RAPS da infância e adolescência								
ODS: 3 Saúde e Bem-Estar								
RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS	RESPONSÁVEL	DATA PREVISTA INÍCIO	DATA PREVISTA TÉRMINO	FONTE DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
Fomentar as ações educativas no âmbito da saúde mental na infância	Capacitação dos agentes atuantes na Linha de Cuidado	Atas das reuniões	Seminários/cursos/rodas de conversa sobre o tema	FUMSSAR/ gerência de saúde mental	Fev/2022	Dez/2033	Capitação Ponderada Recurso PSE	UBS/ PSE/ SMEC
Diminuir violência contra crianças e adolescentes	Percentual de crianças vítimas de violência	SINAN	Capacitar os profissionais no preenchimento das notificações	FUMSSAR / gerência de saúde mental	Fev/2022	Dez/2033	Capitação Ponderada Recurso PSE	UBS/ escolas/conselho tutelar/ vigilância epidemiológica
Criação do CAPS IJ	Credenciamento junto ao Ministério da Saúde	Registro do credenciamento	Regulamentação do CAPS IJ	Gerência de saúde mental Direção de MAC	Fev/2022	Dez/2033	Ministério da Saúde Recurso Livre	Linha de cuidado
Ampliação dos serviços de reabilitação intelectual	Atendimentos realizados nos serviços e capacitação de profissionais que atuam no tema	Atas de capacitações, registros no sistema informatizado	Seminários/cursos/rodas de conversa sobre o tema e atendimentos na Reabilitação Intelectual	Gerência de Saúde Mental	Fev/2022	Dez/2033	Ministério da Saúde Governo estadual	Linha de cuidado FUMSSAR / CER II / CMR TEAcolhe Santa Rosa / APAE
Implementação e ampliação dos serviços de referência em autismo	Credenciamento de serviços para atuação em TEA	Registro do credenciamento	Cadastramento nos Programas do governo estadual TEAcolhe	Gerência de saúde mental	Fev/2022	Dez/2023	Governo estadual	Linha de cuidado FUMSSAR / CMR TEAcolhe Santa Rosa / CRR APADA / CAS APAE

TEMA:1.6 Promoção de Vidas Saudáveis

1. Área temática: Esporte para Crianças e Adolescentes								
Problema central: Poucas vagas nos projetos de esporte ofertados as crianças e adolescentes								
Objetivo de impacto: aumento de vagas nos projetos de esportes para crianças e adolescentes								
ODS associados: 3. Saúde e Bem-estar; 10. Redução das Desigualdades; 16. Paz, Justiça e Instituições eficazes; 17. Parcerias e Meios de Implementação.								
RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
1. Ampliar o número de vagas nos projetos de esportes para atendimento de crianças e adolescentes.	1. Número de parcerias e modalidades de esportes disponíveis	1. Dados da Secretaria de Esportes	1300 vagas no Projeto Karatê para todos	Secretaria de Esportes	Fev/2022	Dez/2024	Recurso Livre	Escolas CEU das Artes Academia Dragões do Oriente
			400 vagas no Projeto Escolinha de Futebol de Campo	Secretaria de Esportes	Mar/2022	Dez/2024	Recurso Livre	Escolas Organizações da Sociedade Civil
			200 vagas no Projeto Jiu-Jitsu	Secretaria de Esportes	Nov/2023	Dez/2025	Recurso Livre	Escolas Organizações da Sociedade Civil

2.TEMA:2 ACESSO A EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Área temática:2.1 Educação Infantil (Modalidade Creche)								
Problema central: Crianças de 0 a 3 anos sem acesso à escola								
Objetivo de impacto: Garantir acesso à escola de crianças de 0 a 3 anos								
ODS associados: 4. Educação de qualidade; 10. Redução das desigualdades; 16. Paz, justiça e instituições eficazes.								
RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
1. Atingir 80% de na taxa de atendimento em vagas para educação infantil	1. Taxa de atendimentos de crianças de 0 a 3 anos 2. Novas vagas na educação infantil de 0 a 3 anos	1. Censo Escolar 2. Central de Vagas SMEC	200 novas vagas em turmas criadas em espaços reorganizados nas escolas já existentes, 2 turmas na modalidade Creche (0 a 3 anos) e 8 turmas na modalidade Pré-escola (4 e 5 anos).	SMEC	Jul/2022	Jul/2023	Fundeb MDE FNDE- PNAE	EMEIs
			187 novas vagas com a construção da EMEI Amor Perfeito	Gestão Administrativa Secretaria de Planejamento	Fev/2022	Fev/2024	Fundeb MDE	SMEC

			118 novas vagas com a construção da EMEI no Bairro São Francisco	Gestão Administrativa Secretaria de Planejamento	Fev/2022	Fev/2025	Fundeb MDE	SMEC
			254 novas vagas com a construção da EMEI Andressa Ferreira	Gestão Administrativa Secretaria de Planejamento MEC	Fev/2022	Fev/2026	FNDE Fundeb MDE Salário Educação	SMEC
			12 novas vagas em turmas criadas em espaços reorganizados em escolas já existentes	SMEC	Fev/2027	Dez/2032	Fundeb FNDE- PNAE MDE	EMEIs

TEMA:2 ACESSO A EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Área temática:2.2 Ensino Fundamental (Anos Iniciais)								
Problema central: Crianças com dificuldades na alfabetização								
Objetivo de impacto: Crianças alfabetizadas até o 2º ano do Ensino Fundamental.								
ODS associados: 4. Educação de qualidade; 10. Redução das desigualdades; 16. Paz, justiça e instituições eficazes.								
RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
1. Atingir 95% de crianças alfabetizadas no término do 2 ano do Ensino Fundamental	1. Resultados das provas diagnósticas internas e externas	1. Dados da SMEC 2. Programas e avaliações externas	Realizar a cada trimestre o diagnóstico do nível de aprendizagem em que a criança se encontra	Cada EMEF	Fev/2022	Dez/2032	Fundeb MDE	Professores da Rede Municipal de Ensino.
			Realizar anualmente a verificação do nível de aprendizagem de cada criança	SMEC Projeto Educação: um olhar para o futuro de Santa Rosa! Lei Municipal nº5.755, de 10 de novembro de 2022.	Fev/2022	Dez/2032	Fundeb MDE	EMEFs
			Realizar a verificação do nível de aprendizagem,	Secretaria Estadual de Educação	Mar/2023	Dez/2032	Secretaria Estadual de Educação	SMEC EMEFs

			fluência leitora, em que a criança se encontra	Programa Alfabetiza Tchê				
--	--	--	--	--------------------------------	--	--	--	--

TEMA: 2 ACESSO A EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Área temática: 2.3 Ensino Fundamental (Anos Finais)								
Problema central: Desempenho escolar dos alunos com IDEB abaixo do índice nacional								
Objetivo de impacto: Desempenho escolar dos alunos acima do índice nacional do IDEB								
ODS associados: 4. Educação de qualidade; 10. Redução das desigualdades; 16. Paz, justiça e instituições eficazes.								
RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
1. Atingir e ultrapassar o índice do IDEB, dos anos finais, indicado pelo INEP	1. Desempenho dos alunos nas avaliações realizadas pelo SAEB	1. Índices do SAEB 2. Índices do SAERS	Reforço escolar no contra turno, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática	SMEC	Fev/2022	Dez/2025	Fundeb MDE	EMEFs
			Aquisição de novos acervos literários para as bibliotecas estimulando o hábito da leitura	SMEC	Mar/2022	Dez/2022	Fundeb MDE Salário Educação	EMEIs EMEFs
	2. Desempenho dos alunos nas avaliações realizadas pelo SAERS	3. Índices do projeto Educação: um olhar para o futuro de Santa Rosa!	Programa APROVA BRASIL, realizado em todas as turmas do Ensino Fundamental nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática	SMEC	Fev/2022	Dez/2024	MDE	EMEFs
			Aquisição de materiais para uso nas	SMEC	Mar/2023	Dez/2024	MDE	EMEFs
3. Desempenho dos alunos nas avaliações realizadas pelo projeto Educação: um olhar para o								

	futuro de Santa Rosa!		aulas de matemática, estimulando o raciocínio lógico				Salário Educação	
			Formação Pedagógica direcionada aos professores de Matemática	SMEC	Ago/2023	Dez/2024	Fundeb MDE	IFFAR Professores de Matemática
			Formação Pedagógica direcionada aos professores de todas as Áreas do Conhecimento	SMEC	Fev/2022	Dez/2024	Fundeb MDE	EMEFs UNIJUÍ IFFAR

TEMA:2 ACESSO A EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Área temática:2.4 Ensino Fundamental (Anos Iniciais)								
Problema central: Carência de vagas em escola de Ensino Fundamental de tempo integral								
Objetivo de impacto: Aumentar vagas em escolas de Ensino Fundamental de tempo integral								
ODS associados: 4. Educação de qualidade; 10. Redução das desigualdades; 16. Paz, justiça e instituições eficazes.								
RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
1. Aumentar o número de vagas de tempo integral no Ensino Fundamental	1.Número de vagas e escolas de tempo integral	Dados SMEC	Prover mais 100 vagas integrais em escolas da Rede Municipal	SMEC	Fev/2024	Dez/2032	Fundeb MDE	EMEFs
			Instituir ensino de tempo integral em mais uma Escola da Rede Municipal	SMEC	Fev/2024	Dez/2032	Fundeb MDE	EMEFs

2.5Área temática: Ensino Fundamental (Anos Iniciais)								
Problema central: Conflitos nos espaços escolares relacionados a indisciplina, falta de limites, bullying, dificuldades de relacionamentos, violência...								
Objetivo de impacto: Promover a Cultura da Paz nos ambientes escolares								
ODS associados: 4. Educação de qualidade; 10. Redução das desigualdades; 16. Paz, justiça e instituições eficazes.								
RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
1. Conscientizar os alunos da importância do diálogo como forma de resolver conflitos, promovendo o engajamentos e a auto responsabilização de todos pelo ambiente escolar.	1. Projeto Santa Rosa pela Paz – Práticas e Indicadores	Dados da SMEC	Realizar Círculos de Construção de Paz em todas as turmas das escolas da Rede Municipal	SMEC EMEFs	Mar/2023	Dez/2032	Fundeb MDE	Alunos e Profissionais das Escolas
			Realizar atividades de fortalecimento do protagonismo dos alunos, desenvolvendo o senso crítico, de responsabilidade por suas ações e preparando-os para os desafios do futuro.	EMEFs	Mar/2023	Dez/2032	Fundeb MDE	SMEC Alunos
			Incentivar a resolução de conflitos, no	EMEFs	Mar/2023	Dez/2023	Fundeb MDE	SMEC Alunos

			ambiente escolar, através do diálogo.					
--	--	--	--	--	--	--	--	--

TEMA: 3 Proteção Em Situação de Risco

3.1. Área temática: Proteção à criança e ao adolescente								
Problema central: Falta de financiamento para programas de turno inverso para crianças e adolescente de risco social								
Objetivo de impacto: Garantir acesso de crianças e adolescentes a programas socioeducativo de turno inverso								
ODS associados: 1 Erradicação da pobreza, 2 Fome zero, 10 Redução das desigualdades, 16 Paz, Justiça e instituições fortes, 17 Parcerias em prol das metas								
RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
Ampliar o financiamento de vagas para atendimento de crianças e adolescentes nos programas socioeducativos das OSCS.	Oscs recebendo financiamento pelo total das metas atendidas Estabelecer um índice de reajuste anual para os financiamentos	Relatórios mensais de atendimento Monitoramento do COMUDICAS	Articulação das OSCS e CMAS com o poder público municipal solicitando melhorias no financiamento	CMAS	fevereiro 2022 X	dezembro 2023 X	FUMAS	Prefeito munic. SMDS OSCS
			Apresentação de balanço anual e planilha de gastos	OSCS	X	X	FUMAS	Diretorias e equipes técnicas das OSCS
			Suplementação orçamentaria da SMDS	SMDS	X	X	FUMAS	SMDS

TEMA: 3 Proteção em Situação de Risco

3.2. Área temática: Garantia de Direitos à Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência								
Problema central: Violação de direitos de crianças e adolescentes								
Objetivo de impacto: Fortalecimento da capacidade protetivas das famílias								
ODS associados: 1 Erradicação da Pobreza, 10 Redução das Desigualdades, 16 Paz Justa e Instituições fortes, 17 Parceria em Prol das Metas.								
RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
Diminuição do número de crianças e adolescentes violados abrigados por medidas protetivas do juizado da infância e juventude	Aumento do número de regresso de crianças e adolescentes para suas famílias de origem ou adotados	Registros do C.T. Número de Processos na Vara da I. e Juventude Número de crianças e adolescentes abrigados	Inclusão de crianças e adolescentes nos abrigos ou em famílias substitutas	Conselho Tutelar Juizado da Infância e Juventude	Janeiro 2021	Dezembro 2033	FUMAS	SMDS Abrigos
			Acompanhamento das famílias	CREAS	X	X	FNAS	C.T. Abrigos
			Ofertar tratamentos especializados as famílias	CREAS FUMSSAR	X	X	FNAS FUMAS FUMSSAR	Rede de Serviços e SMEC

TEMA 3 Proteção em Situação de Risco

1. Área temática:3.3 Iniciação Profissional à Adolescentes								
Problema central: Pouco acesso de adolescentes no mercado de trabalho								
Objetivo de impacto: Adolescentes inseridos no mercado de trabalho formal								
ODS associados: 1 Erradicação da Pobreza, 8 Emprego digno e crescimento econômico,10Redução das Desigualdades,17Parceria em Prol das Metas								
RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
Aumento do número de adolescentes inscritos em programas de qualificação para o mercado de trabalho	Número de adolescentes inscritos em programas de iniciação profissional	Relatórios da SMDS Relatório do CIEEE Relatório Nacional de Informações Sociais do município	Projeto Municipal Adolescente Aprendiz	COMUDICAS	dezembro 2021 X	dezembro 2024 X	FUNDICA	SMDS
			Lei municipal Adolescente Aprendiz	COMUDICAS	X	X	FUNDICA	SMDS
			Aumento do repasse de recursos da LOA para o FUNDICA	PREFEITO MUNICIPAL	X	X	Recursos próprios	SMDS

TEMA: 3 PROTEÇÃO EM SITUAÇÃO DE RISCO

3.4. Área temática:3.4 PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES								
Problema central: Pouca articulação da rede de serviços socioassistenciais ofertados à crianças e adolescentes								
Objetivo de impacto: Garantir maior articulação das políticas sociais para crianças e adolescentes								
ODS associados: 1 Erradicação da Pobreza, 2 Fome Zero,10 redução das desigualdades,16Paz, Justiça e Instituições fortes e 17Parceria em Prol das Metas								
RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	AÇÕES OU PROJETOS	RESPONSÁVEL	DATAS PREVISTAS		FONTES DE RECURSOS	ENVOLVIDOS
					INÍCIO	TÉRMINO		
Maior Integração das Políticas Sociais do Município	Número de reuniões conjuntas Número de projetos integrados	Atas de reuniões Seminários conjuntos Capacitações conjuntas	Participação no Projeto Prefeito Amigo da Criança	COMUDICAS SMEC, SMDS SME,FUMSSAR SGe Gover	Março 2021 X	Dezembro 2024 X	FUMAS FUMSSAR	C.T CRAS CREAS OSCS
			Constituição do Comitê de apuração do OCA	COMUDICAS SMEC,SMDS SME,FUMSSAR SF e Contab.			FUMAS FUMSSAR	OSCS
		Elaboração anual e publicização do OCA	GRUPO DO PPAC	X	X	FUMAS FUMSSAR	COMUDICAS ,GRUPO PPAC,SEC de Gov.	
		Elaboração conjunta do PMIA	COMUDICAS E C.T.,SECRETARIAS MUNICIPAIS	X	X	FUMAS,FUNDICA FUMSSAR	POLÍTICAS SOCIAIS	

5. ANEXOS

Anexo I

Lista de Siglas utilizadas no PMIA:

AEE - Alunos de Educação especial

COMUDICAS -Conselho Municipal dos Direitos de Crianças e Adolescentes

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CF - Constituição Federal

CT - Conselho Tutelar

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FUMSSAR - Fundação Municipal de Saúde

FUNDICA – Fundo Municipal da Criança e Adolescente

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA -Lei Orçamentaria Anual

MCS - Meios de Comunicação Social

OCA - Orçamento Criança e adolescente

OSC - Organização da Sociedade Civil

PAC - Prefeito Amigo da Criança

PCD -Pessoa com Deficiência

PPA - Plano Pluri Anual

SUS -Sistema Único de Saúde

SUAS -Sistema Único de Assistência Social

Anexo II

Histórico da Assistência Social

Historicamente a Política de Assistência Social no município de Santa Rosa, teve início com as ações desenvolvidas pela Legião Brasileira de Assistência - LBA de forma atuante. Em meados da década de 70 existia a Secretaria de Saúde e Bem Estar Social e os primeiros Centros de Bem Estar do Menor – CEBEM.

Na década de 80 foi criada a Unidade Central de Atendimento ao Menor – UCAM, para desenvolver projeto de atendimento às crianças e adolescentes.

A UCAM era composta ainda por uma cozinha centralizada, padaria e usina de soja que fabricava e embalava leite de soja e sucos de abacaxi. Esses alimentos eram distribuídos de turno a turno nos CEBEM e outros setores que atendiam as crianças e adolescentes. As operárias e professoras realizavam os atendimentos no contra turno da escola, faziam os temas por grupos e séries e davam reforço escolar e atividades educativas coordenadas por supervisoras lotadas na UCAM.

Na marcenaria da UCAM os instrutores desenvolviam curso pré-profissionalizante para adolescentes. No prédio da antiga prefeitura havia ainda um espaço destinado aos fiscais de menores que entregavam lanches da UCAM aos engraxates e lavadores de carros que atuavam no centro da cidade.

Existiam nove CEBEMs, situados nas seguintes localidades: Vila Winkelmann, Vila Amizade, Vila Nova, Vila Júlio de Oliveira, CSU, Vila Cruzeiro do Sul, Vila Auxiliadora, Vila Planalto e Vila Glória. O nome de CEBEM foi trocado para CAS - Centro de Atendimento Social.

Em 1993 a Secretaria Municipal era de Saúde, Habitação e Bem-Estar Social. As áreas de saúde e a habitação foram criadas como secretarias e a secretaria passou a se chamar Secretaria de Assistência Social.

As creches faziam parte da Assistência Social e eram atendidas por operárias. Não tinham professoras nem monitoras. Inicialmente existiam as seguintes creches: CSU, Petrópolis, Planalto e Winkelmann. Posteriormente, tivemos a construção de novas creches: Balneária, Júlio de Oliveira, Morada do Sol, Heróis do Futuro na vila Planalto, Timbaúva, Auxiliadora e Ibanês. As creches passaram para a educação no ano de 1999.

A partir da implantação da LOAS/1993 o município foi um dos pioneiros no Estado do Rio Grande do Sul a estruturar a Assistência Social. No ano de 1995, por meio da Lei 2857, cria o Conselho Municipal de Assistência Social, bem como a Lei 2858 cria o Fundo Municipal de Assistência Social.

Posteriormente, foi construído um prédio de alvenaria, na Rua Sival Saldanha, onde em um primeiro momento, instalou-se a Casa da Criança, a seguir o Setor de Cursos, após a sede dos Conselhos de Direitos, o CRAS

Centro, que em 2014, com a inauguração de novo espaço passou a denominar-se CRAS Aldi Pedro Brandão. Por fim, este prédio foi destinado para sede do Conselho Tutelar, até meados de 2019, quando a área foi vendida pelo município.

De 1993 até 2005 existia Plantão Social, com equipe técnica com duas Assistentes Sociais com atendimento a comunidade pautado com o preconizado na LOAS, manteve-se o atendimento a crianças e adolescentes nos CEBEM e firmou-se parceria no ano de 1994 com o 19º R.C.Mec. com o foco em ampliar o atendimento a este público através do Projeto Pelotão Mirim. No ano de 2003 foi retomado o Projeto Pelotão Mirim a partir de parceria com a Brigada Militar.

Em 2005 foi realizado a adesão ao SUAS e o aceite do primeiro CRAS, estruturando-se uma equipe técnica com duas Assistentes Sociais, uma Psicóloga, uma Pedagoga e um agente Administrativo, dando-se o início ao programa de Atendimento Integral a Família – PAIF, onde desenvolviam-se grupos de atendimento aos usuários envolvendo diferentes abordagens e atividades. Destaca-se que o acompanhamento com as famílias se tornou mais próximo. Da mesma forma o CRAS aproximou-se do Setor de Cursos, criado em meados da década de 90, inicialmente para ofertar oficinas pre profissionalizantes passando nesta nova estrutura a ofertar oficinas de trabalhos manuais. Durante esta década o município aderiu aos programas Agente Jovem (posteriormente pro jovem) e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.

Em 2009 com a publicação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009) a execução da Política Municipal de Assistência Social, visando, em caráter universal, garantir de forma integrada às políticas setoriais, o enfrentamento da questão social, a defesa dos mínimos sociais, assim como do provimento de condições para atender contingências sociais e as provisões socioassistenciais, organizou a oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios de acordo com a nova norma.

Em 2008, Santa Rosa aderiu a gestão plena e implantou o CREAS, que funcionava no espaço físico da UCAM, a qual passou a denominar-se Unidade Central de Atendimento Municipal. Nos anos seguintes, o CREAS foi instalado e dois imóveis locados, passando a funcionar em prédio próprio do município no ano de 2019.

No ano de 2010, o município implantou seu segundo CRAS (Cruzeiro), que inicialmente funcionava em imóvel alugado com equipe mínima de técnicos, desenvolvendo todos os serviços previstos na Tipificação. No ano de 2013, foi instalado em prédio próprio, constitui equipe completa e, em 2016 passou a ser denominado CRAS Vó Maria Pedrazza.

Os CAS Foram desativados entre os períodos de 2012/2013, sendo a proposta da gestão da época atender as crianças e adolescentes no Programa Mais Educação do Governo Federal, ofertado nas escolas em turno integral. Esta proposta não teve êxito e, em consequência os CAS permaneceram desativados.

Em 2015, o município criou a Casa Lar para atender adolescentes meninos de 12 anos à 18 anos incompletos. Na época o Patronato Agrícola atendia os meninos de 04 anos a 11 anos e 11 meses.

Em 2016 o município fez o aceite do Programa Primeira Infância no SUAS – Criança Feliz.

Em 2017, criou o Programa Família Acolhedora e extinguiu a Casa Lar, onde o serviço foi reordenado e passou a se chamar Abrigo Institucional Conviver, para atendimento de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos incompletos de ambos os sexos. Também neste ano, o Albergue Municipal teve o serviço reordenado sendo criada a Casa de Passagem Santa Rosa Acolhe, para atendimento de adultos e famílias.

Atualmente, em conformidade com o SUAS Santa Rosa é classificada como município de Médio Porte, exerce a Gestão Plena com execução dos serviços em Unidades Públicas e Privadas de Proteção social Básica e Proteção Social Especial, de Média e Alta Complexidade. De acordo com a LEI Nº 5.616, de 28 de dezembro de 2020, que define a estrutura administrativa, a Secretaria de Desenvolvimento Social está organizada com Gerência de Proteção Social Básica e Coordenação de Proteção Social Especial.

Anexo III

Histórico da Implantação do ECA

O município de Santa Rosa foi um dos pioneiros na implantação da Doutrina da Proteção Integral de Crianças e Adolescentes.

As maiores mudanças aconteceram na gestão pública de 1993 a 1996, com a implantação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-COMUDICAS, pois o Conselho Tutelar já estava criado em 1991 e a eleição para o Conselho Tutelar ocorreu em 1992. Com a instalação do Conselho Tutelar e a atuação dos conselheiros os problemas envolvendo crianças e adolescentes apareceram de forma muito clara. Inicialmente em parceria com o Ministério Público se passou a exigir que todas as crianças e adolescentes do município frequentassem a escola, pais foram chamados e caso a caso foi sendo exigido das famílias a retirada de seus filhos do trabalho infantil existente: meninos exerciam a atividade de engraxates, lavadores de carro, vendedores de doces e picolés, todos atuavam no centro da cidade. Outras crianças eram catadores de lixo no lixão. Havia crianças e adolescentes pedintes que se colocavam nas portas dos mercados.

O trabalho conjunto da Secretaria de Assistência Social e a criação do Conselho Municipal de Assistência Social em 1995, e o início da municipalização da política pública de Assistência Social com a transferência dos prédios e patrimônios do Centro Social Urbano-CSU e federal da Legião Brasileira de Assistência – LBA, fortaleceu a política nascente de Assistência Social do município.

Junto com a criação do CMAS, criou-se também um financiamento público, com recursos do Município, via Fundo Municipal de Assistência Social – FUMAS, para alcançar recursos financeiros as Organizações da Sociedade Civil, na oferta de espaços de atendimento de turno inverso ao da escola com acompanhamento das famílias e a obrigatoriedade de frequência escolar. Neste momento os 9 CEBENS públicos que atendiam nas vilas da cidade transformaram-se em Centros de Atendimento Social. As crianças e adolescentes foram aos poucos se ausentando das ruas do centro da cidade e abandonando o trabalho infantil.

A rede de proteção social se ampliou com a criação do abrigo feminino da OSC, Associação de Proteção à menina de Santa Rosa-APROMES em 1994, com a criação da Associação de Pais e Amigos dos deficientes Visuais a APADEV e com a Associação dos Familiares e amigos das Pessoas com Necessidades Especiais -AFAPENE, e o início de seus atendimentos nos anos seguintes.

No ano de 1999 ressurgiu o trabalho infantil entre as famílias de carroceiros que usavam suas crianças e adolescentes para recolher papelão dos containers instalados no centro da cidade. Nova investida do poder público foi feita sobre as famílias com a exigência de participação em programas de turno inverso. Novamente o trabalho infantil foi eliminado.

Atualmente a rede de atendimento da criança e do adolescente de Santa Rosa contempla atualmente 11 OSC. Destas 6 são de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; AMA, A.S.F, ABEFRA, CASF, ESPAÇO FELIZ e PATRONATO, que se complementam com programas públicos em parceria com os pelotões Mirins da Brigada Militar, do Exército e da AABB Comunidade, articuladas na assistência social básica com o trabalho de dois CRAS.

Na assistência social Especial de média complexidade são 5 OSCs de PCD: APAE- escola e atendimento de deficientes mentais, APADA escola e atendimento de Surdos e crianças e adolescentes com Transtornos do Espectro Autista -TEA, APADEV atende cegos e baixa visão, AFAPENE PCD múltiplos e ADEFISA Deficientes Físicos.

Na assistência Social Especial de alta complexidade temos as entidades de acolhimento institucionais: APROMES e o abrigo público CONVIVER, o Programa Público Família Acolhedora, todos articuladas com um CREAS que executa as Medidas Socioeducativas, de Prestação de Serviço Comunitário, Liberdade Assistidas e executa a devida responsabilização dos adolescentes infratores.

Em 2021 nas discussões dos programas sociais percebemos que faltavam programas de iniciação profissional na política municipal de assistência social, para adolescentes.

Em 2022, criamos a Lei do Adolescente Aprendiz, que oferece curso pré-profissionalizantes, com Bolsa de Estudos paga com recursos do FUNDICA. A OSC ABEFRA iniciou a primeira turma em 15 de agosto, para 10 adolescentes aprendiz recebendo Bolsa de R\$100,00 ao mês, nos 10 meses de duração do curso de 240 h/a.

Em 2022 conseguimos que a administração municipal passasse a depositar recursos próprios no FUNDICA.

O Diagnóstico aqui apresentado, serviu também de base para a reformulação do Plano Socioeducativo, finalizado no primeiro semestre de 2021 e já aprovado.

Em 2022 tivemos dificuldades por conta da demora na constituição dos membros do COMUDICAS e por dificuldade na pactuação de agendas de ano eleitoral.

Nosso tempo foi extremamente exíguo para a finalização deste plano, pois o COMUDICAS teve que convocar e realizar até dezembro a 10ª Conferência Municipal dos Direitos de Criança e do Adolescentes, realizada em dezembro.

Anexo IV

Dados Complementares do SUAS (2022)

O SUAS em nosso município está organizado coma a seguinte rede de Projetos, Programas Serviços e Benefícios:

Serviço de Proteção Social Básica:

Nas Unidades Públicas o Serviço desenvolvido na PSB é executado nas unidades de CRAS com o objetivo de desenvolver as potencialidades, o protagonismo e a autonomia dos indivíduos por meio do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, além de ampliar e garantir o acesso aos direitos de cidadania.

No município de Santa Rosa existe duas Unidades: CRAS Vó Maria Pedrazza e CRAS Aldi Pedro Brandão, onde ofertam o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família -PAIF, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos- SCFV e Serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos, além de benefícios eventuais em conformidade com a LOAS, Lei Municipal que dispõe sobre a Política de Assistência Social e Programas vinculados como o Primeira Infância no SUAS/PCF – Programa Criança Feliz, ACESSUAS Trabalho, Programa BPC na Escola e Centro de Convivência (Pelotões Mirins).

Em destaque o Programa Criança Feliz tem como objetivo promover o desenvolvimento infantil a partir do apoio e acompanhamento do desenvolvimento da primeira infância, mediante visitas domiciliares para realizar atenção e apoio à família, bem como atua para fortalecer os vínculos familiares

e comunitários, orientar sobre os cuidados essenciais durante os primeiros anos de vida e quanto a amamentação, dar dicas de nutrição infantil, acompanhar as vacinas das crianças, dentre outras ações.

São realizadas visitas domiciliares pela equipe do município que é composta por Educadores Sociais, supervisora com formação em Pedagogia, que fazem o acompanhamento e dão orientações. São atendidas crianças na faixa etária de 0 (zero) a 6 (seis) anos e gestantes.

Seu público-alvo são:

- Crianças de 0 a 3 anos beneficiárias do Programa Bolsa Família;
- Gestantes beneficiárias do Programa Auxílio Brasil;
- Crianças de 0 a 6 anos beneficiárias do BPC (Benefício de Prestação Continuada);
- Crianças de até 6 anos afastadas do convívio familiar;
- Crianças inscritas no Cadastro Único.

Nas Unidades Privadas os atendimentos socioassistenciais desenvolvidos são no formato do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, que é executado de acordo com o território e características específicas de cada Organização da Sociedade Civil – OSC.

Com termo de parceria para atender crianças e adolescentes:

1 - Entidade: ABEFRA-Total de atendidos: 80 e

Projeto Jovem Aprendiz 10

2 - Entidade: AMA-Total de atendidos: 146

3 - Entidade: CASF-Total de atendidos: 140

4- Entidade: ESPAÇO FELIZ-Total de atendidos: 90

Sem termo de parceria executado pelas OSCs :

1 - Entidade: ASF-Total de atendidos: 30

2 - Entidade: PATRONATO-Total de atendidos: 30

Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade

Na Unidade Pública o Serviço desenvolvido é executado no CREAS com o objetivo de ofertar atendimento as famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados.

O CREAS em Santa Rosa oferta, executa, coordena e fortalece a articulação dos serviços socioassistenciais com as demais políticas públicas e com o sistema judiciário. Além do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos – PAEFI, Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade

Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, Serviço especializado em Abordagem Social e Serviço de proteção Especial para Pessoas com deficiência, idosos e suas Famílias.

Nas Unidades Privadas os atendimentos socioassistenciais desenvolvidos na PSEMC que são executados por meio do Serviço de proteção Social Especial de Média Complexidade para os PCDs e suas Famílias de acordo com as modalidades de PCD de cada Organização da Sociedade Civil – OSC.

Seguindo a tipificação nacional de serviços, com Termo de Parceria com o município, atendendo crianças e adolescentes PCDs e suas famílias são:

1 - Entidade: AFAPENE-Total de atendidos: 30

2 - Entidade: APADA-Total de atendidos: 100

3 - Entidade: APADEV-Total de atendidos: 20

4 - Entidade: APAE-Total de atendidos: 110

Alta Complexidade:

Nas Unidades Públicas o Serviço desenvolvido no Acolhimento Institucional é executado em equipamentos destinados as crianças e adolescentes, com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. O atendimento prestado é ofertado por meio das Unidades Públicas de Acolhimento: Abrigo Institucional “Conviver”, Programa Família Acolhedora.

Na Unidade Privada os atendimentos socioassistenciais desenvolvidos na PSEAC são executados por meio do Serviço de Acolhimento Institucional, sendo na modalidade Abrigo Institucional para Crianças e Adolescentes são:

1 - Entidade: APROMES -Total de atendidos/capacidade: 20

CADASTRO ÚNICO

Cadastro Único é o programa da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania-SENARC. que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras.

A Gestão do Cadastro Único é de responsabilidade compartilhada entre o governo federal, os estados, os municípios. A nível federal, o Ministério da Cidadania é o gestor responsável, e a Caixa Econômica Federal é o agente operador que mantém o Sistema do Cadastro Único, e a nível municipal em Santa Rosa está sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social com execução nas unidades de CRAS. Estando regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, e em outras normas.

Seguem os dados do Cadastro Único no município de Santa Rosa tendo como referência os dados de (agosto/2022):

Famílias inseridas no Cadastro Único: 8.114 famílias (agosto 2022)

- 1.228 com renda per capita de até R\$ 105,00 (extremamente pobres)

- 1.190 com renda per capita familiar entre R\$ 105,00 e R\$ 210,00;(pobres)

- 2.551 com renda per capita familiar entre R\$ 210,00 e meio salário mínimo;

- 3154 com renda per capita acima de meio salário mínimo.

Famílias beneficiárias do PAB no mês de outubro de 2022 foi de 2.037 famílias, destas 1222 estão referenciadas ao território do CRAS Aldi Pedro Brandão e, 814 estão referenciadas ao território do CRAS Vó Maria Pedrazza.

% da população beneficiada pelo PAB: 4,65% aproximadamente.

Valor transferido no mês de outubro de 2022 aos beneficiários: R\$1.224.359

Valor médio do benefício: R\$601,36 por família.

Conselho Tutelar:

O Conselho Tutelar de Santa Rosa foi implantado no ano de 1991. É regulamentado na atualidade pela LEI Nº 5.202, DE 1º DE ABRIL DE 2015, que dispõe sobre a Política Municipal de Proteção aos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar. O funcionamento do Conselho Tutelar também segue a organização disposta no seu Regimento Interno. É composto por 05 Conselheiros Tutelares. As principais atribuições estão dispostas no art. 136 do ECA. A sede do CT de Santa Rosa

está situada na Rua Teixeira Mendes 236, Centro, local de fácil acesso à população e com estrutura adequada para realizar os atendimentos. Conta ainda com servidores municipais (agente administrativo e serviços gerais), bem como veículo e motorista para realizar as diligências.

Santa Rosa tem trajetória marcante de ações sociais e mobilizações que contemplam instituições na área social. O trabalho pautado na garantia e permanência na oferta de serviços, programas, projetos e benefícios à população vulnerável com uma rede estruturada, qualificada e concisa, promove a iniciativa da gestão no cumprimento de sua responsabilidade fortalecendo o desenvolvimento da população.

Anexo V

Dados Complementares da Educação de 2022:

A Rede Municipal de Ensino, conta com 14 escolas municipais de Ensino Fundamental, sendo 02 (duas) de Tempo Integral até o 4º Ano do Ensino Fundamental, 01 (uma) Cívico-Militar e 02 (duas) escolas do Campo, sendo assim distribuídas as matrículas dos alunos:

Anos Iniciais: 2.251 alunos

Anos Finais: 1.414 alunos

Totalizando 3.665 alunos atendidos

Possui 19 escolas municipais de Educação Infantil, que oferecem atendimento às crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, sendo as matrículas assim distribuídas:

- Modalidade creche- 1.666 crianças
- Modalidade pré-escola nas EMEIs -2.567 crianças
- Modalidade pré-escola nas EMEFs – 632 crianças

Totalizando 3.199 crianças atendidas.

A Rede Estadual conta com 14 escolas de Educação Básica, atendendo 3.048 alunos no Ensino Fundamental, 1.686 alunos no Ensino Médio e 331 alunos na Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio.

A Rede particular possui 4 escolas de Educação Básica sendo elas: Colégio Salesiano Dom Bosco, Colégio Concórdia, Instituto Sinodal da Paz, Fundação Educacional Machado de Assis, atendendo um total de 2.978 alunos, da Educação Infantil ao Ensino Médio.

A Rede Federal de Ensino conta com uma instituição pública, o Instituto Federal Farroupilha- IFFAR, o qual oferece cursos profissionalizantes integrados ao ensino médio (Móveis, Edificações, Mecatrônica e Técnico de Alimentos). Além destes, oferece cursos Subsequentes: Técnico em Eletromecânica e em Administração. O IFFAR oferece curso Técnico em Alimentos integrado, na modalidade proeja, estimulando a conclusão do ensino médio com a possibilidade de continuidade de estudos no Curso Superior de Tecnologia em Alimentos, na mesma instituição. A instituição conta com 486 matrículas.

O município conta ainda com diversas instituições de nível superior, na área da educação, entre elas: Universidade Regional do Noroeste do Estado- UNIJUÍ e Fundação Educacional Machado de Assis- FEMA, UNINTER, ULBRA, ANHANGUERA, SEG, SENAC, UNOPAR, dentre outras. Muitas delas oferecem apenas Educação à Distância.

O município possui duas escolas que oferecem Educação Especial: A APAE, é uma instituição que executa serviços diferenciados no atendimento de crianças com deficiência intelectual e ou múltiplas, com gravidades mais severas, que impedem sua inclusão em escola regular. Atualmente a instituição atende aproximadamente 200 alunos, desde a pré-escola ao Ensino Fundamental.

A Escola de Educação Especial Albino Mincks - APAE está organizada para atender a clientela da educação especial desde o seu nascimento, oferecendo:

Intervenção precoce: para crianças de 0 anos até 3 anos e 11 meses

Educação infantil: para crianças de 4 e 5 anos

Ensino Fundamental - Séries Iniciais, que está dividido em:

- Ciclo I - dos 6 aos 8 anos (a criança pode iniciar o ciclo I com 5 anos desde que complete a idade de 6 anos até o dia 31 de março daquele ano)
- Ciclo II- dos 9 aos 11 anos
- Ciclo III - dos 12 aos 14 anos

A escola de educação especial, mantida pela Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos-APADA é uma instituição que atua na Educação Regular- Especial Substitutiva, que atende crianças e adolescentes da educação infantil ao Ensino Médio, com uma metodologia diferenciada e professores capacitados nas respectivas áreas de atuação e formação em educação especial em várias deficiências. Seu público atual é de 77 alunos, destes as deficiências apresentadas são: surdez, deficiência auditiva, deficiência intelectual, transtornos globais do desenvolvimento, transtorno opositor desafiador, atraso do desenvolvimento neuropsicomotor, síndrome 1p36, desordem do processamento auditivo central. Executa serviços diferenciados no atendimento de crianças e adolescentes com deficiência auditiva e autismo. Atualmente atende 37 alunos autistas e 8 ainda em processo de avaliação.

Todas as escolas da Rede municipal de ensino fundamental, possuem sala para o atendimento educacional especializado- AEE, dotado de recursos humanos especializados e recursos pedagógicos para atender os alunos com deficiência.

Atualmente na rede municipal, são atendidos 115 alunos com laudo de AEE (autismo, deficiência intelectual, deficiência visual, física e auditiva) e ainda temos 164 alunos sendo avaliados por suspeita de deficiência ou atraso no desenvolvimento.

Para atender a demanda da Educação Infantil, foi criado o CAEE- Centro Educacional especializado, que funciona junto a escola Edmundo Pilz (antigo prédio do estado), onde todos os alunos com algum tipo de deficiência, são atendidos por duas profissionais da educação Especial e com o suporte de psicólogas da rede. Na Educação Infantil, temos 28

alunos com laudo atendidos, sendo a maioria relacionado ao Transtorno do Espectro Autista-TEA e 17 alunos em acompanhamento do desenvolvimento que estão em avaliação. Alguns recebem atendimento individual ou coletivo no CAEE e outros as professoras dão o suporte na escola diretamente aos professores.

O município conta também com o Programa Integração AABB Comunidade, que atende 100 crianças no contra turno escolar, oferecendo diversas oficinas pedagógicas para alunos de 06 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade, que se encontram em situação de vulnerabilidade social. No Programa são oferecidas atividades complementares à sala de aula, como reforço escolar, música, dança, karatê, dentre outras atividades que contribuem para o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes.

Anexo VI

Programas para Crianças e Adolescentes em execução no município em 2022, resultado do primeiro Seminário realizado pela Comissão de construção do PMIA.

Programas na Saúde:

- 1- Pré-natal - 8.631 consultas
- 2- Possuímos Ambulatório Egressos da UTIP
- 3- PIM – Programa Infância Melhor com 63 crianças acompanhadas
- 4- PSE – Programa Saúde na Escola com 52 Escolas Públicas beneficiadas
- 5- Puericultura de 0 a 5 anos (2021) – 24.975 atendimentos
- 6- Vacinas aplicadas (2021) - 27.792 unidades
- 7-Projeto MOVIMENTA – com ênfase na saúde, reeducação postural, obesidade - 80 crianças e adolescentes beneficiados
- 8 -CAPS AD em 2020 - 32 adolescentes atendidos
2021 - 25 adolescentes atendidos
2022 - 22 adolescentes atendidos

9 – CER – Centro Especializado em Reabilitação - 97 crianças atendidas

10 -Programa de Prevenção da Gestação na Adolescência

Programas na Educação e Cultura (Setor Público Municipal):

1- 19 EMEIs – Escolas Municipais de Educação Infantil

2- 14 EMEFs - Escolas Municipais de Ensino Fundamental

3- AABB Comunidade – atendimento em contra turno escolar em parceria com o Banco do Brasil - 101 crianças e adolescentes atendidos

4- Programa de Letramento em Programação Digital – 170 alunos beneficiados

5- Programa TRIBOS, em parceria com os Parceiros Voluntários da ACISAP do município, programa de incentivo a liderança e empreendedorismo - 456 alunos beneficiados

6 – Programa Santa Rosa pela Paz – programa que beneficia todos os alunos da Rede Municipal de Ensino com a realização de Círculos de Paz com Facilitadoras certificadas para resolução de conflitos através do diálogo.

7 – Programa Viva na Escola – que beneficia todos os estudantes do município, indiferente da modalidade de ensino (Fundamental, Ensino Médio ou Superior) o Transporte Público gratuito.

8 – O município adere o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

9 – O município adere o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD

Fundo Municipal de Cultura com aproximadamente 2.000 crianças e adolescentes atendidos nos projetos:

10 – Projetos realizados com apoio da Cultura:

- Semente de Poesia
- Circo Transformando Vidas
- Cantigas Gaúchas
- Poemas Animados
- Cultura Africana
- Santa Rosa, 90 anos movendo talentos
- Candy e Joy
- Projeto Orquestra Jovem

Programas no Esporte (2022)

1-CEU das Artes: atende 94 crianças e adolescentes, oferta Karatê, Futebol, apoio pedagógico e informática.

- 2- Programa de aulas de Futsal – 100 crianças e adolescentes beneficiados
- 3- Futebol de Campo - 45 crianças e adolescentes beneficiados
- 4- Handebol Misto - 25 crianças e adolescentes beneficiados
- 5- Programa Karatê para todos – 800 crianças e adolescentes beneficiados (a meta é ultrapassar 1000 crianças e adolescentes beneficiados em 2023)

Programas na Assistência Social

Assistência Social Básica

- 1 – Grupo de Gestantes no CRAS – 30 participantes
- 2 – Atendimento no contra turno escolar - Pelotão Mirim no 19º RCMec -de 9 a 15 anos – 50 crianças e adolescentes atendidos
- 3 -Pelotão Mirim na Brigada Militar – de 8 a 14 anos – 50 crianças e adolescentes atendidos
- 4 – Programa Criança Feliz
- 5 – Programa de diálogo sobre a Lei Maria da Penha nas Escolas
- 6 – Sistema de Convivência e Fortalecimento de Vínculos:
 - AMA - de 2 a 17 anos - 162 crianças e adolescentes atendidos
 - CASF – de 3 a 18 anos – 140 crianças e adolescentes atendidos
 - Espaço Feliz - de 6 a 16 anos – 90 crianças e adolescentes atendidos
 - ABEFRA - de 3 a 17 anos -163 crianças e adolescentes atendidos
 - Centro da Esperança - 36 crianças e adolescentes atendidos

Assistência Social de Média Complexidade -PCDs

- 1- APAE – de 0 a 18 anos - 255 atendimentos
 - Educação – 106 crianças e adolescentes atendidos
 - Saúde (Clínica) - 70 crianças e adolescentes atendidos
 - Assistência Social – 30 atendidos

- 2- APADA - de 0 a 18 anos
 - Educação - 69 crianças e adolescentes atendidos
 - Saúde – 43 crianças e adolescentes atendidos
 - Assistência Social – 76 crianças e adolescentes atendidos

- 3- APADEV -Cegos e Baixa Visão de 6 a 59 anos – 22 famílias atendidas

- 4- AFAPENE- atendimento de múltiplas deficiências de 7 a 13 anos – 29 atendidos

Assistência Social de Alta Complexidade

- 1-APROMES – OSC/ Abrigo Institucional de 0 a 18 anos – 16 atendidos (20 metas)
- 2 -CONVIVER – Abrigo Institucional Público de 0 a 18 anos – 08 atendidos (20 metas)

3 -Família Acolhedora Público - de 0 A 3 anos – 11 acolhimentos

Anexo VII

Problemas existentes no âmbito municipal evidenciados no primeiro Seminário realizado pela Comissão de construção do PMIA.

1 - EDUCAÇÃO

- 1.1 Faltam vagas de creche em tempo integral
- 1.2 Poucas escolas de tempo integral
- 1.3 Poucos equipamentos de informática nas escolas municipais de ensino fundamental
- 1.4 Aumentar os indicadores do ideb nos anos finais do ensino fundamental do ensino municipal
- 1.5 Faltam programas de prevenção ao uso de substâncias psicoativas nos anos finais do ensino fundamental e médio

2 - SAÚDE

- 2.1 Falta Caps Infantil
- 2.2 Falta ambulatório especializado em saúde mental de crianças e adolescentes no SUS
- 2.3 Falta psiquiatra infantil na rede municipal do SUS

3 - ESPORTES

- 3.1 Faltam parcerias para aumentar o número de crianças e adolescentes nas diversas modalidades de esportes

4 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

- 4.1 Faltam programas de iniciação profissional para adolescentes 14 a 18 anos incompletos
- 4.2 Faltam programas com tecnologias inovadoras.

5 - GERAL

- 5.1 Aperfeiçoamento em rede de todo o trabalho realizado nos setores voltados ao atendimento a criança e adolescente, proporcionando maior interação entre os setores envolvidos.

Anexo VIII

Comissão de elaboração do Plano Municipal da Infância e Adolescência:

Grupo Técnico Coordenador:

SMDS – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:

Rita de Cássia Sippert Strasser - Secretária do Desenvolvimento Social

Carla Aparecida dos Santos - Gerente de Atenção Básica

Liane Calza – Assistente Social - Técnica em Serviço Social

FUMSSAR – Fundação Municipal de Saúde:

Fabiane Breitembach – Diretora da Atenção Primária em Saúde/FUMSSAR

Andrea Bauken – Odontóloga FUMSSAR

SMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

Josyane Cristina Heck – Diretora do Departamento de Planejamento Pedagógico

Elenir Kuzniewski – Coordenadora Pedagógica

Rute Aline Rozental – Coordenadora de Programas da Educação

Secretaria Municipal de Gestão e Governança

Ademir Rosa – Secretário de Gestão e Governança

Demais participantes:

Deolmira Gay Girardi - APROMES / Presidente do COMUDICAS

Antônio Joaquim Érbice - COMUDICAS

Graciela Medeiros – Conselheira Tutelar

Tânia Carvalho – Conselheira Tutelar

Anexo IX

Segue link de acesso as Leis Municipais que dispõem sobre os Programas realizados junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social/FUNDICA.

<https://drive.google.com/drive/folders/1bhEry-NqbEKJqVWH9JzaCECk58iRf4b0?usp=sharing>.

6. Referências Bibliográficas

Brasil, Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988. São Paulo, Atlas, 1988.

Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Brasília, 2019.

Fundação ABRINQ. Guia Programa Prefeito Amigo da Criança 2009/2012. São Paulo, sem data.

Fundação ABRINQ. Programa Prefeito Amigo da Criança. Conselhos e Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Guia para a Ação Passo a Passo. São Paulo, sem data.

Rede Nacional Primeira Infância. Plano Nacional pela Primeira Infância. Brasília, 2010.

Sites:

Confederação Nacional dos Municípios(www.cnm.org.br)

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente(www.direitoshumanos.gov.br/conselho/conanda)

Ministério da Educação (www.mec.gov.br)

Ministério da Saúde(www.saude.gov.br)

Ministério da Cidadania(www.cidadania.gov.br)

Observatório Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes(www.obscriancaeadolescente.gov.br)

Portal dos Direitos da Criança e do Adolescente(www.direitosdacrianca.org.br)

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMUDICAS (www.comudicas.santarosa.rs.gov.br)

